

Por que ser contra a Reforma Administrativa?

Não caia nas mentiras contadas pelos que defendem a PEC 32/2020. Veja os motivos!

1 Legaliza a perseguição e a “rachadinha”

A estabilidade do servidor público é garantida em lei e foi criada para dar as condições necessárias para o funcionário desempenhar suas funções sem pressões políticas ou de grupos econômicos. Muitos políticos desejam o fim dessa estabilidade para poder indicar seus amigos aos cargos e ainda ficar com parte dos salários, pratica conhecida como “rachadinha”. Com servidores podendo ser dispensados a qualquer momento, aumentam as chances de corrupção, pois o funcionário teria medo de perder seu emprego ao fazer alguma denúncia. Além disso, se a “desculpa” usada pela PEC 32 é afastar os maus servidores, lembre-se que já existem formas na legislação para isso, como o período probatório – tempo utilizado para avaliar se a pessoa que passou no concurso possui aptidão e capacidade para ficar no cargo – e a previsão de demissão por falta grave que constam nos Estatutos dos Servidores Públicos federais, estaduais e municipais.

3 Penaliza os mais pobres

A Reforma Administrativa quer piorar os serviços públicos de propósito para que você concorde com a ideia da privatização. Mas não caia nessa! Se você acha que um serviço público é ruim por conta da falta de funcionários ou da estrutura, a luta deve ser para melhorar esse local e não para acabar com ele. Em tempos de desemprego e custos altos, imagina ter de pagar para colocar seu filho na escola ou ser forçado a ter um plano de saúde.

5 Não acaba com privilégios

Essa é mais uma mentira que os defensores da reforma querem te fazer acreditar. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que analisou dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2019, mostra que a média salarial dos servidores federais, estaduais e municipais é de apenas R\$ 2.727, pois a maioria é formada por profissionais que atuam nos municípios onde são pagos os mais baixos salários do setor. Quem ganha bem, acima de 30 mil reais, **são juízes, promotores, desembargadores, altos cargos das Forças Armadas, ministros e o Presidente da República**. Nesses cargos, a reforma não irá mexer, e são eles que fazem o orçamento “estourar”.

2 Reduz os concursos

Se a PEC passar, será aberta a porteira para a nomeação de familiares e amigos de políticos ocuparem os cargos públicos. Você que estudou por anos, para obter conhecimento e técnica, não terá mais chances de prestar um concurso nos modelos atuais, pois eles passarão a ser temporários ou com prazos indeterminados, mas com possibilidade de demissão.

4 Enfraquece a qualidade dos serviços

A PEC 32 quer congelar salários e carreiras. Imagina você trabalhar por anos ganhando a mesma coisa, com as coisas aumentando a cada ano? Se isso ocorrer, o cargo de funcionário público passará a ser menos atrativo e afastará os bons trabalhadores, fazendo cair a qualidade do serviço.

6 Faltam servidores

Outra falácia que usam é a de que o Brasil tem muitos funcionários públicos. Você que utiliza o postinho de saúde sabe que faltam profissionais para atendimento. O mesmo ocorre na escola de seu filho, com a falta de professores e outros trabalhadores para dar conta da demanda. Em número de servidores, contamos com 11,4 milhões de funcionários públicos, de acordo com IPEA e IBGE. Nos Estados Unidos, esse número é de 24 milhões, conforme o Instituto Brookings. Como moramos num país de tamanho continental, é natural que a quantidade de funcionários seja grande, mas não é o suficiente. Já em relação às despesas com servidores, uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que estamos na média mundial: o Brasil utiliza 13,4% de seu PIB, enquanto Dinamarca (15,3%), África do Sul (14,6%) e França (12,1%) investem de forma parecida.

As recentes denúncias de corrupção envolvendo o Ministério da Saúde e a compra de vacinas superfaturadas contra o coronavírus, que estão sendo investigadas pela CPI da Covid-19 no Congresso, só se tornaram públicas porque um servidor concursado, com estabilidade, teve a coragem de denunciar. O mesmo ocorreu com o caso do delegado que denunciou irregularidades do ex-ministro do Meio Ambiente. Após o atrito o delegado foi retirado da Superintendência da Polícia Federal no Amazonas, mas como é concursado como delegado da Polícia Federal segue no cargo. Se eles pudessem ser mandados embora a qualquer hora, como quer a PEC 32/20, não ficaríamos sabendo desses casos, pois os funcionários se sentiriam ameaçados.